DESAFIOS DA INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO DA FUNÇÃO PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

Madilé Bicoliof Sanhá¹
Luís Miguel Dias Caetano²

RESUMO

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é um dos grandes desafios das políticas públicas de emprego nos dias atuais. Os problemas que os jovens enfrentam começam no setor da formação e inserção profissional, tendo como um dos obstáculos a fraca motivação para frequentar o ensino e a formação profissional. Os desafios quanto ao financiamento da formação e a deslocação para os centros são barreiras fundamentais na realidade guineense. As políticas públicas não têm destinado ações e investimento para a juventude, impedindo muitos jovens de darem o seu contributo. Mesmo estando preparados e qualificados para as demandas do mercado, os jovens ainda se deparam com problemas de favorecimento políticos, pois sem apadrinhamento político se torna difícil conseguir emprego público. O presente trabalho tem como objetivo: identificar os desafios da inserção dos jovens no mercado de trabalho face ao contexto da função pública na Guiné-Bissau. Com relação ao procedimento metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando fontes bibliográficas e documentais. Os resultados indicam que o problema da juventude não surge na agenda política, a despeito de alguns anúncios apresentados em períodos eleitorais. Para construir uma sociedade mais justa e eficaz, é importante que o Estado implementa política de concurso público transparente e baseado na meritocracia, atraindo e retendo talentos para melhorar a qualidade dos serviços prestados na administração pública.

Palavras chaves: Administração pública. Inserção dos jovens. Mercado de trabalho. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The integration of young people into the job market is one of the major challenges facing public employment policies today. The problems faced by young people begin in the area of training and professional integration, with one of the obstacles being the low motivation to attend education and professional training. The challenges of financing training and travel to the centres are fundamental barriers in Guinea-Bissau. Public policies have not allocated actions and investment for young people, preventing many young people from contributing. Even though they are prepared and qualified for the demands of the job market, young people still face problems of political favoritism, as without political patronage it becomes difficult to get a public job. This study aims to identify the challenges of young people's insertion into the labor market in the context of the public service. Regarding the methodological procedure, the research adopts a qualitative approach, using bibliographic and documentary sources. The results indicate that the issue of youth does not appear on the political agenda, despite some announcements made during election periods. In order to build a more just and effective society, it is important that the State implements a transparent and meritocratic public tender policy, attracting and retaining talent to improve the quality of services provided in public administration.

Keywords: Public administration, youth integration, labor market, Guinea-Bissau.

¹ Graduando em Administração Pública, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciência Sociais Aplicada, e-mail: ismaelmadile@gmail.com

² Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Instituto de Ciências Sociais Aplicada, e-mail: migueldias@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau que hoje foi conhecida era invadida pelos colonizadores portugueses, no século XV, nos anos 1446-1447 por mais de cinco séculos sendo explorada (Gomes 2021). Segundo Scantamburlo (2012), a Guiné-Bissau é um país situada na Costa Ocidental da África, e fez a fronteira ao Norte com a república de Senegal ao Leste e Sul com a república de Guiné-Conacri, é banhado pelo Oceano atlântico ao Oeste (Scantamburlo, 2013).

A educação implementada na Guiné-Bissau pelos colonos, privilegiou poucas pessoas. De acordo com Cá (2008) para alcançar esse objetivo, os colonizadores precisavam de intermediários entre os portugueses e as comunidades locais. O autor ressalta que poucos guineenses conseguiam frequentar a escola até a 4ª série, aprendendo a ler e escrever em língua portuguesa. Para ter acesso ao ensino a pessoa precisa ser assimilada.

Segundo Cá (2008), as condições necessárias para que um nativo guineense tivesse estado de assimilados conforme constava no artigo 56 do estatuto de indígenas portugueses, a pessoa precisava ter 18 anos de idades; saber falar português corretamente; trabalhador; ter em casa mesa de jantar; cadeiras; pratos; colheres; facas; e quadro de fotografia do presidente do Portugal retratado no centro da sala de visita.

Para fazer face à situação anteriormente descrita, Amílcar Cabral e seus companheiros organizaram o movimento de libertação nacional, mobilizando a população para o preparativo da luta armada para a independência (Cá, 2008).

Após 11 anos da luta armada liderada pelo Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). A Guiné-Bissau proclamou a sua independência em 24 de setembro de 1973 que foi reconhecida pelos portugueses em 10 de setembro de 1974 (Gomes, 2021).

Por outro lado, Gomes (2021), afirma que, após a independência, o país deparou com várias dificuldades na consolidação de sua autonomia administrativa, sendo assim, esses desafios causados por diversos fatores. Durante o período colonial, nenhum guineense era atribuído cargo de chefe; eram os colonizadores que ocupavam essas posições. Os guineenses assimilados muitas vezes eram relegados a funções como motoristas, vendedores de combustível ou faxineiros nas instituições. Só trabalhava quem era assimilado na época.

No entanto, o autor aponta que, após a independência, houve a isenção dos guineenses experientes que trabalhavam no sistema administrativo colonial, substituindo-os por combatentes sem experiência na gestão pública. Com isso, a substituição ocorreu porque os guineenses que trabalhavam na época não eram considerados guineenses, devido ao processo de assimilação pelo

qual passaram. Então essas pessoas passaram a se distanciar dos guineenses nativos e se aliaram aos portugueses durante o período colonial (Gomes, 2021).

Embora esses combatentes pudessem ter sido úteis em outras áreas, acabaram ocupando cargos no aparelho estatal, levando a uma predominância de pessoas com pouca instrução militarizada. Na perspectiva de Sucuma (2012), “a insuficiência dos quadros técnicos experientes na Administração Pública e nas empresas estatais criava uma série de dificuldades no âmbito do planejamento das políticas públicas e na gestão eficiente das empresas estatais” (Sucuma, 2012, p.136).

A partir de tudo isso, se pergunta: quais são os desafios enfrentados pelos jovens na inserção no mercado de trabalho da função pública?

Desta forma o objetivo geral deste trabalho consiste em identificar os desafios da inserção dos jovens no mercado de trabalho na função pública da Guiné-Bissau. Para responder à pergunta da nossa pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa, que visa entender a construção social e descrever os resultados encontrados.

Para os procedimentos técnicos, esta pesquisa adota análise bibliográfica e documental. Para a análise bibliográfica, utiliza-se de artigos científicos e livros acadêmicos. E na análise documental foram utilizados relatórios da juventude e emprego, estatutos da administração Pública da Guiné-Bissau.

A inclusão dos jovens no mercado de trabalho é um dos grandes desafios que muitas nações enfrentam especialmente em países subdesenvolvidos. No contexto da Guiné-Bissau, os jovens enfrentam desafios econômicos, políticos e sociais que impactam diretamente nas oportunidades de emprego. A juventude guineense enfrenta obstáculos estruturais, socioeconômicos e políticos que limitam suas oportunidades de emprego e desenvolvimento profissional. Portanto, a inserção dos jovens nesse setor é frequentemente marcada por barreiras estruturais, como a falta de qualificação adequada, a corrupção, e a limitada capacidade administrativa do governo.

De acordo com Vieira (2019) a situação dos jovens na Guiné-Bissau é extremamente delicada. Na tentativa de encontrar um bom emprego, muitos acabam se voltando para trabalhos precários, com condições adversas, apenas para garantir alguma renda enquanto não conseguem um trabalho formal. Para muitos, a realidade se resume a atividades informais, como o pequeno comércio, onde a sobrevivência depende de empregos temporários e mal remunerados, que oferecem pouca segurança e perspectiva de crescimento.

Esses jovens enfrentam um verdadeiro desafio, já que a falta de oportunidades formais os obriga a permanecerem em atividades que garantem apenas o básico para viver, criando uma sensação de estagnação e falta de futuro. Esse cenário, que alguns chamam de uma “morte lenta”, reflete o desgaste emocional e físico enfrentado diariamente. Embora o pequeno comércio e outras atividades informais proporcionam um alívio imediato, eles não representam um caminho sustentável para melhorar as condições de vida, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e falta de perspectiva para a juventude guineense (Vieira, 2019).

Por outro lado, a camada juvenil é sem dúvida, de extremamente importância para a dinamização econômica, social e cultural de qualquer país e pode contribuir para gerar possibilidades sustentáveis de redução da pobreza, mitigar impactos de fenômenos relacionados com a violência urbana e, ainda influenciar, o desenvolvimento e melhorias de qualidade de vida da população, mediante iniciativas juvenis empreendedoras.

O Plano Operacional Estratégico “Terra Ranka” e a Política Nacional de Juventude reconhecem o baixo índice do emprego no país e a dificuldade que o governo tem em promover uma política de emprego para jovens e contribuir para a redução da pobreza. E perante a visível estagnação econômica, o Estado não só perdeu a capacidade de criar o emprego, como também não conseguiu influenciar a existência de um setor privado com robustez econômica, financeira e administrativa capaz de gerar riqueza e criar emprego ou ainda promover iniciativas empreendedoras voltadas para apoiar os jovens.

Para o Semedo (2024) os desafios e as instabilidades políticas que o país enfrentam, se deu porque não permitem os trabalhos duradoura das organizações internacionais, isso porque cada governo entram com as suas proposta, e quando ouve as mudanças desse governo automaticamente as proposta são anulados pelo atual governo, ou seja cada governo entra com as suas proposta e quando sai não deixa nada para que outro da continuidade do projeto, muitas das essas organizações precisam começar tudo novamente, sendo essas mudanças culminou nos fracos ou seja as constantes e irregulares dos governos também têm favorecido a partidarização da administração pública, gerando manifestações e práticas que favorecem o nepotismo, clientelismo e outras formas de troca de favores como mecanismos dominantes de recrutamento de servidores, que no âmbito da esfera pública ou privada.

Sendo assim, esse fato é revelador não só da situação difícil em que os jovens se encontram para ingressar no mercado de trabalho, como também espelha a realidade de uma economia com dificuldades de crescimento, sobretudo, em termos de criação de emprego. É um dos fatores que

bloqueia a instabilidade política, cujo efeito reflete na gestão danosa de recursos e bens públicos, na fragilização da justiça, no fraco investimento na educação e particularmente na sobreposição da classe castrense (militar) às instituições civis. Portanto, a influência dessas realidades contribuiu visivelmente para obstaculizar o crescimento econômico do país, tornar os problemas sociais mais visíveis e fundamentalmente, priva os sucessivos governos de capacidade de adoção de políticas sustentáveis para a promoção do emprego do jovem.

No que se refere à estrutura, este artigo é estruturado da seguinte forma: a introdução, o desenvolvimento, e por último a conclusão. Na parte introdutória, é abordado a contextualização do tema, os objetivos e o problema a ser pesquisado. O desenvolvimento é dividido em três seções: contextualização da administração pública na Guiné-Bissau; Desafios da juventude para o mercado de trabalho; O Concurso público na Guiné-Bissau.

Contextualização da administração pública na Guiné-Bissau

Durante o período colonial, o acesso dos guineenses aos cargos públicos era extremamente restrito. Apenas um pequeno número de nativos conseguia ocupar essas posições, e mesmo para aqueles que conseguiam, o acesso era limitado e geralmente para funções subalternas, sem grandes responsabilidades ou oportunidades de ascensão. Nessa época, o controle do governo e das principais funções públicas era mantido pelos colonizadores portugueses, que priorizavam os próprios interesses, explorando os recursos e a população local.

Segundo Cá (2000), a administração guineense passou por várias fases ao longo da sua evolução desde a alteração da dinâmica política da época colonial até os dias atuais e cada uma delas deixou marcas visíveis, tais como: exploração do ouro, do marfim, comércio dos escravizados, massacre de Pindjiguiti, luta da libertação nacional, crises políticas, golpes de Estado etc. (Sá, 2023). Ainda, durante no período colonial o colonialismo português, após uma longa e resistente luta armada com os nativos, os portugueses implantaram as suas políticas de domínio a favor da coroa (Cá 2000 *apud* Sá, 2023).

De acordo com Sá (2023), mostra que com passar dos anos à medida que os colonizadores expandiram seus domínios sobre as novas áreas e administração colonial estabeleceu no território guineense os serviços básicos e sociais os colonos se fixaram no território guineense à medida que conquista novos espaços naquele território. Esses serviços não eram como uma simples forma de ajudar, mas sim como forma de domínios sobre esses povos. Após a independência, houve inovações adaptadas a partir da aprovação da Lei nº 1/73, que permitiu a incorporação automática e integral das

normas jurídicas de origem portuguesa no sistema jurídico da Guiné-Bissau independente, desde que não fossem contrárias aos princípios e valores da Nação Guineense e do PAIGC (Sá, 2023).

Com a independência em 1973, houve uma mudança significativa: os guineenses finalmente assumiram o controle sobre as funções públicas e a administração do país. Isso foi um marco importante, pois representou a transição do poder e a libertação do domínio colonial. Os nativos, então, começaram a ocupar cargos importantes no governo e na administração, assumindo as responsabilidades de gestão e desenvolvimento do país. No entanto, a herança do período colonial, marcada pela exploração e pela falta de investimento em qualificação local, ainda representava um desafio, pois o país herdou estruturas frágeis e um mercado de trabalho que precisava ser completamente reorganizado.

Diante disso Cardoso (2015) afirma que, o funcionamento da nova administração é diferente da gestão colonial, embora tenha permanecido sob o regime de partido único, onde os interesses do Estado e do partido se confundiam, ou seja, os programas administrativos eram também os do partido, e vice-versa.

A Administração Pública desempenha um papel crucial no desenvolvimento de um país, pois sua estrutura robusta abrange desde a organização governamental até a prestação de serviços públicos eficientes e de qualidade. As atribuições administrativas do governo da Guiné-Bissau estão previstas em algumas alíneas do artigo 100º da Constituição da República (Indjai, 2021).

Com isso, segundo Carvalho (2014), mostra que a constituição guineense não consagra a administração indireta do Estado, embora seja uma realidade guineense existente. Ainda para a autora, é apenas consagrada a “administração central, e a local, periférica e autónoma” (Carvalho, 2014).

No que refere à reforma administrativa na Guiné-Bissau segundo Sá (2023), percebe-se que há muito tempo esse é um anseio, e diversas intervenções já foram realizadas, porém seus impactos ainda não trouxeram os resultados esperados. Entretanto, “desde 1987, com o programa de Ajustamento Estrutural, permanece a necessidade de uma Reforma do Estado mais ampla, embora as condições políticas e financeiras desfavoráveis na Administração Pública na época tenham impedido sua efetivação” (Sá, 2023, p. 03).

No entanto, em 2000, o governo contou com o apoio de doadores internacionais para desenvolver diversos estudos, propostas e projetos voltados para a concepção da Reforma na Administração Pública do país (Cardoso 2015, *apud* Sá, 2023).

Dessa forma, surgiu o Plano Estratégico e Operacional de Modernização da Administração Pública do país, resultado do trabalho realizado ao longo de 2006, que incluiu uma análise sobre a dimensão da Administração Pública. Portanto, conforme indicado por Santos (2015 *apud* Indjai, 2021), o plano incluiu a definição de uma abordagem específica para a formação e valorização dos funcionários da Administração Pública, propondo a criação da Escola Nacional de Administração (ENA).

Conforme Gomes (2021) essas circunstâncias levam a concluir que a Administração pública precisa de agentes capazes de lidar com os desafios que o país enfrenta, especialmente quando há “indícios de que muitos ocupam cargos não por mérito próprio, mas por favorecimento” (Gomes, 2021, p.18). Ainda é muito evidente a corrupção, nepotismo e outras situações análogas. Por isso, o país precisa de pessoas capazes e competentes para impulsioná-lo, como líderes que estão comprometidos com a ética e o bem-estar do país sem as práticas que prejudicam ou atrasam o progresso (Gomes, 2021).

Ainda a autora enfatiza que, a falta de atenção do governo às pessoas não qualificadas ainda persiste no aparelho de estado, já que o uso do concurso público seria um dos melhores meios de selecionar funcionários competentes para cargos públicos, mas é raramente observado (Gomes, 2021). Com isso, Costa (2016) aponta que, a administração pública da Guiné-Bissau enfrenta atualmente problemas sistêmicos, incluindo ineficiência crônica, lentidão significativa e falta de adequação às necessidades do país.

Assim, observa-se um número excessivo de funcionários, muitos dos quais desempenham funções vagas e possuem baixo nível de escolaridade, o que eleva os custos orçamentários e compromete a capacidade do Estado de cumprir suas obrigações, como o pagamento de salários e a oferta de serviços públicos de qualidade.

Por outro lado, Dju (2016) mostra que a ausência de critérios e métodos claros para a avaliação de desempenho dos servidores públicos, aliada à falta de um plano de carreira estruturado na Administração Pública e à não implementação de uma política salarial condizente com as categorias, habilidades e nível acadêmico dos funcionários, compromete a eficiência do setor público.

Além disso, a não implementação das leis do país, especialmente as relacionadas aos Concursos Públicos, e a desatualização de diversas normas na Administração Pública, prejudicam a eficácia da gestão e o controle das receitas públicas. Esses fatores representam barreiras importantes para uma governança eficaz, crescimento econômico, desenvolvimento e avanço do país.

Desafios da juventude no mercado de trabalho

A juventude possui valores, comportamentos e visões de mundo com interesses e necessidades coletivas e singulares (Vieira, 2019). De acordo com Dayrell (2013), a juventude é uma fase marcada por mudanças significativas no corpo, nas emoções e nas relações sociais. É um período em que se experimentam intensamente transformações que, de certa forma, continuarão a influenciar a vida adulta. O autor destaca que essa fase de transição é essencial para o desenvolvimento do indivíduo rumo à maturidade, com efeitos duradouros ao longo de sua vida (Vieira, 2019).

Essa fase pode se tornar problemática para a sociedade quando os jovens são impedidos de exercer seus direitos e sua liberdade, como o direito a um emprego remunerado, que lhes permitiria se tornar independentes. Quando os direitos não são plenamente usufruídos, o jovem pode acabar se tornando um problema para a sociedade, correndo o risco de ser marginalizado. Por outro lado, quando a juventude tem acesso a todos os seus direitos, ela pode se tornar uma força positiva e útil para a sociedade.

Entretanto, Doutor (2016) mostra que nos anos 70, a juventude estava fortemente ligada a crises econômicas, que geram altos índices de desemprego no início da vida profissional. No entanto, a partir dos anos 80, os estudos sobre a juventude começaram a se intensificar, ganhando mais atenção tanto nas pesquisas científicas quanto nas academias e na sociedade como um todo (Doutor, 2016,).

Por outro lado, Vieira (2019) salienta que a juventude guineense começou a se manifestar nos anos 60, as manifestações se deram início através de grupos musicais que criticavam o sistema colonial imposto pelos portugueses. Porém, após a independência em 1974, não teve uma mudança, isso porque o sistema de liderança estabelecido na época, por partido Africano Independência pela Guiné e Cabo-verde PAIGC, restringia a liberdade de expressão, em que os músicos não podiam manifestar ou seja reivindicar os seus direitos, eles passavam a controlar todos os meios das comunicações, tais como: rádio, jornal e televisão, impossibilitava os artistas jovens de fazer quaisquer críticas voltada ao partido (Vieira, 2019).

Segundo Barros (2006),

emergência do pluralismo partidário na Guiné-Bissau favoreceu a explosão de novas formas de organização social, desde os partidos políticos, sindicatos livres e independentes, passando pelos agrupamentos de cariz empresarial 'autónomos' até às organizações não governamentais e associações de base local e comunitária. (Barros, 2006, p.5).

Isso possibilitou uma maior diversidade de vozes e opiniões, permitindo que diferentes grupos e indivíduos se expressassem de maneiras que antes eram impossíveis sob o regime de partido único.

Colaborando com Vieira (2019), com as liberações das políticas no país, fez com que as maiorias dos jovens começaram a participar ativamente nas vidas social, nas políticas dando as suas opiniões, por outro lado, esses jovens saem as marchas reivindicado o direito à educação, saúde e entres outros. Nota-se que esse engajamento reflete uma juventude que busca mudanças concretas e melhorias nas condições de vida e nas oportunidades disponíveis para eles.

Com isso, Semedo (2024) afirma que os problemas enfrentados pelos jovens tiveram início na formação, tendo em conta que as maiorias tinham dificuldades de custear os seus estudos. Por outro lado, o autor afirma que as maiorias das escolas de formação se centralizam nas zonas urbanas, e os que vivem nas zonas rurais não conseguem dar continuidade à formação (Semedo, 2024).

Assim sendo, os desafios para custear a formação, deslocação para os centros de formação são sempre barreiras fundamentais. E já depois de estarem formados, o desafio principal reside na questão da inserção do mercado de trabalho. Por exemplo, muitos jovens começam a enfrentar dificuldades a partir do estágio. De acordo com as Organizações da Sociedade Civil (OSC), não há uma legislação sobre o estágio, não há uma definição se o estágio deve ser remunerado ou se não deve ser remunerado, quanto tempo deve durar etc. (Semedo, 2024).

Segundo Vieira (2019), as crises políticas na Guiné-Bissau têm um impacto profundo nos jovens, especialmente nos mais desfavorecidos, ao restringir seu acesso a uma formação educacional de qualidade. Essa falta de acesso afeta tanto aqueles que não conseguem completar seus estudos quanto aqueles que, mesmo formados, vivem na incerteza quanto à obtenção de emprego. Na prática, para conseguir um trabalho no país, é comum que os jovens precisem de conexões políticas ou familiares, pois a filiação ou o apoio partidário exerce grande influência nas decisões de contratação, particularmente em cargos públicos.

Nota-se que depois da independência o partido político tem ocupado as funções públicas do país, nepotismo corrupção e as cíclicas instabilidades políticas afetam a função pública na Guiné-Bissau, esses partidos políticos é que dominam a função pública e atuam como os maiores empregadores, frequentemente priorizam suas infraestruturas partidárias sobre as necessidades do Estado.

Essa realidade reforça um ciclo de desigualdade e desmotivação entre os jovens. Por um lado, a falta de acesso a oportunidades gera frustração e desânimo, pois muitos percebem que seu esforço educacional pode não resultar em emprego. Assim, cria-se uma percepção de que o desenvolvimento profissional e a ascensão social dependem mais de fatores políticos do que de mérito, perpetuando a

cultura do apadrinhamento e tornando o mercado de trabalho um espaço desafiador e excludente para aqueles que não possuem contatos influentes.

O concurso público na Guiné-Bissau

O concurso público surgiu na França como uma forma de selecionar candidatos para cargos públicos, logo após a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder. É de fato o único sistema que possui o mérito de afastar, de imediato, os incapazes para o exercício de funções públicas, uma vez que o processo se realiza de acordo com princípios fundamentados em critérios científicos Sousa (2011). Para Gomes (2021), essa tendência influenciou significativamente a legislação administrativa subsequente, antes do estabelecimento do concurso público, as entidades governamentais já utilizavam diversas formas de recrutamento de pessoal para cargos públicos ao longo da história. Com isso, é importante destacar a evolução cronológica desse processo de admissão, desde tempos antigos até os dias atuais.

Dessa forma, Rocha (1999) *apud* Sousa (2011) afirma que o concurso público é um processo administrativo utilizado para avaliar os candidatos que desejam ocupar cargos ou empregos públicos, considerando suas competências e a adequação às funções do cargo.

Para isso, Gomes (2021) aponta que é fundamental que haja um processo competitivo entre os candidatos, assegurando a igualdade de oportunidades para obter esse benefício. Esse processo é o concurso público.

Os concursos públicos estão intrinsecamente conectados aos princípios da Administração Pública, mas também estão sujeitos a princípios específicos do processo seletivo em geral e da seleção para funções públicas (Gomes, 2021). Alguns desses princípios, destacados no Estatuto do Pessoal da Administração Pública da Guiné-Bissau e no decreto-lei 4/2012, incluem a igualdade, a impessoalidade, a legalidade, a moralidade, a transparência, a eficiência e a publicidade (Gomes, 2021).

O concurso segue os princípios de permitir que todos possam concorrer livremente, garantindo igualdade de oportunidades. Para assegurar isso, são garantidos aspectos como a imparcialidade do júri, a divulgação antecipada dos critérios de seleção, a utilização de métodos objetivos de avaliação e o direito de apelação (Gomes, 2021).

Conforme explica Carvalho (2010), o Estado deve contar com uma equipe qualificada para agir conforme as leis e suprir as demandas da sociedade. Entretanto, toda a responsabilidade da seleção nos concursos públicos assim como as nomeações para os cargos de confiança recai sobre o

Estado (Gomes, 2021). Por outro lado, a autora mostra que o objetivo do concurso é encontrar os candidatos mais qualificados para servir ao público, garantindo que eles atuem em prol da sociedade e não para benefício próprio, em conformidade com o propósito do Estado de servir ao seu povo (Gomes, 2021).

No contexto da Guiné-Bissau, o método de seleção para cargos públicos é estabelecido no artigo 39º do Estatuto do Pessoal da Administração Pública, que inclui a realização de concursos de provas e títulos, bem como exames de saúde. No entanto, o decreto-lei nº 4/2012, em seu artigo 19º, não menciona especificamente o exame de saúde como parte do processo de seleção (Gomes, 2021).

Gomes (2021) apresenta propostas utilizadas para concurso público:

1. No concurso serão utilizadas, isoladas ou conjuntamente, e com caráter eliminatório, os seguintes métodos de seleção:

- a) Provas de conhecimentos;
- b) Avaliação curricular.

2. Pode ainda ser utilizado, com caráter complementar, a entrevista.

É crucial destacar que os cargos de confiança não estão sujeitos ao concurso público, pois são de livre nomeação e exoneração, reservados para pessoas em quem o responsável máximo do órgão contratante confia (Gomes, 2021). Isso é confirmado pelo “parágrafo 4 do artigo 22º do Estatuto em questão”, que exclui os cargos de direção, assessoria e chefia do regime de concurso público (Gomes, 2021). Da mesma forma, o parágrafo 1 do artigo 3º do decreto-lei nº 4/2012 estabelece exceções, mencionando que o recrutamento e seleção de diretores de serviços e outras chefias seguem regras específicas (Gomes, 2021).

implica selecionar os melhores profissionais, aptos e comprometidos com a função pública. Embora essa teoria não seja totalmente correta, pois nem sempre o melhor candidato é o melhor profissional na medida em que caráter se difere da competência, a pessoa contratada pode ser competente, mas se não tiver caráter não se compromete com a sua função e consequentemente poderá criar problemas à própria entidade administrativa. Para isso, não basta apenas contratar o pessoal, a administração também tem a responsabilidade de controlar e fiscalizar, prezando assim à um bom funcionamento da Administração Pública (Gomes, 2021, p. 34).

Para Gomes (2021) destaca-se que o concurso público é essencial para garantir a eficiência da função pública, pois assegura que somente candidatos qualificados e competentes sejam escolhidos. Entretanto, para que esse princípio funcione de maneira plena, é crucial que a Administração cumpra seu dever de fiscalizar e controlar de forma rigorosa, assegurando que os valores de competência e integridade sejam preservados continuamente.

Na Guiné-Bissau, o concurso público foi anunciado pela primeira vez em 1994, como foi mencionado pelo decreto-lei n° 12/94 da Guiné-Bissau no artigo n° 22, parágrafo 2 como mostra (Gomes, 2021), estabelecendo-o essa tarefa como o processo normal e obrigatório de recrutamento para cargos na Administração Pública. Em 2012, uma reforma administrativa levou à regulação do recrutamento de pessoal para cargos públicos pelo decreto-lei n° 4/2012, específico para a Função Pública, em conformidade com o Estatuto do Pessoal da Administração Pública (Estatuto do Pessoal da Administração Pública, 1994).

Segundo Dju (2016), a administração Pública da Guiné-Bissau há muito tempo não passa por uma reestruturação para se alinhar às exigências modernas e aos desafios que o país enfrenta no contexto global. As normas que regulam a Administração Pública não são cumpridas ou aplicadas nas instituições, infringindo o Estatuto do quadro do pessoal dirigente da Função Pública, conforme definido no Decreto n° 30-A/92, de 30 de junho” (Dju, 2019, p. 97).

A necessidade da reestruturação da nossa administração tem sido amplamente reconhecida, havendo a tal respeito um consenso generalizado que acabaria por se cristalizar na criação da Secretaria de Estado da Reforma Administrativa, primeiro, e, mais recentemente, do Ministério da Reforma Administrativa, Função Pública e Trabalho (estatuto do quadro do pessoal dirigente da Função Pública, 2007, p.195)

De acordo com Dju (2016), muitas leis na Guiné-Bissau são herança do período colonial português, mas, desde a independência, algumas não foram revisadas nem implementadas pelos governantes. Embora existam normas que regem a Administração Pública, elas são frequentemente desconsideradas no cotidiano das instituições públicas.

Conforme apresentado na nota introdutória da coletânea de legislação administrativa organizada pela Nora e Carvalho, em 2007. Segundo Nora

As normas de Direito Administrativo guineense vigente encontram-se dispersas em vários diplomas legais, alguns dos quais tiveram origem no tempo da administração portuguesa sem terem sido posteriormente revogados pelo legislador guineense. A consulta de tais diplomas é, pois, dificultada pela dispersão e às vezes até pelo desconhecimento da sua permanência em vigor (Nora, 2007).

Assim podemos dizer que o concurso público é a melhor maneira de recrutar pessoas para cargos públicos, pois é justo e baseado no mérito, ajudando a identificar os mais qualificados. No entanto, reconhece que há espaço para melhorias, especialmente na prevenção de corrupção e nepotismo (Gomes, 2021).

Na Guiné-Bissau, os concursos públicos também desempenham um papel importante na construção de uma administração pública eficiente, embora o país enfrente desafios relacionados à capacidade administrativa, à estabilidade política e à escassez de recursos. Esses fatores impactam o andamento e a qualidade dos processos seletivos, dificultando, por vezes, a efetividade na contratação de servidores capacitados.

Sendo assim, para construir uma sociedade mais justa e eficaz, é importante que o governo da Guiné-Bissau adote práticas de recrutamento e seleção transparentes e baseadas no mérito. Isso pode ajudar a atrair e reter talentos, melhorar a qualidade da administração pública e promover a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais.

Metodologia

Para a realização da pesquisa, primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico dos artigos científicos, livros acadêmicos, relatórios, leis. Para Gonçalves (2021), o termo levantamento bibliográfico consiste em pesquisar vários documentos científicos escritos por outras pessoas que têm assuntos relacionados com a temática do trabalho que se pretende pesquisar.

Para responder à pergunta da nossa pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa que visa entender a construção social e descrever os resultados pesquisados, e em relação aos procedimentos técnicos adotados, nesta pesquisa adotou-se a análise bibliográfica e documental. No primeiro análise, este é consultado através de Google Acadêmico, Scielo e Portal de Periódicos da Capes.

Em relação à localização das referências que debatem acerca da temática a ser pesquisada, fez-se levantamento de forma digital usando vários descritores: desafios dos jovens, concurso público, administração pública e desigualdade de gênero na Guiné-Bissau. Quanto aos documentos utilizados para a análise dos dados é o Relatório do (PNUD de 2022, Dansó 2024).

Apresentação e discussão de resultado

O artigo foca nos desafios enfrentados pelos jovens guineenses para se inserirem no mercado de trabalho formal, com ênfase no setor público, e parte do pressuposto de que a inclusão dessa população é essencial para o desenvolvimento social e econômico da Guiné-Bissau. No entanto, o país enfrenta barreiras estruturais significativas que limitam essa inserção.

Para compreender melhor essa realidade, utilizamos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2022, que destacam a taxa de desemprego de 50% entre os jovens guineenses. Essa situação mostra um quadro onde muitos dependem do apoio familiar para necessidades básicas e educacionais, refletindo uma carência de autonomia financeira. Ademais, dados do Inquérito Ligeiro da Avaliação da Pobreza (ILPA) de 2010 revelam que apenas 4,4% dos jovens trabalham em funções administrativas no setor público, o que evidencia a baixa presença de jovens em cargos estáveis e formais (ILPA, 2010).

Ademais, segundo uma análise de 2024 do portal DW África, cerca de 60% da população da Guiné-Bissau é composta por jovens, evidenciando o tamanho desse desafio. No entanto, essa camada enfrenta diversas barreiras, como o acesso limitado à formação qualificada e à capacitação específica para funções profissionais. A falta de políticas públicas direcionadas, o contexto econômico frágil e as limitações na oferta de cursos técnicos e universitários específicos para as necessidades do mercado local agravam o cenário. Além disso, o setor público, por sua vez, impõe barreiras burocráticas que dificultam a contratação e a efetivação de novos profissionais.

Outro fator crítico é a restrição de vagas e de concursos públicos. Embora o setor público seja uma das principais fontes de emprego formal em muitos países, na Guiné-Bissau ele tem sido pouco acessível aos jovens devido à escassez de oportunidades e à falta de incentivos governamentais para renovar o quadro de funcionários com profissionais jovens. Esse aspecto gera uma concorrência intensa por vagas, desencorajando muitos jovens a tentarem o setor público e forçando-os a recorrer a atividades informais para sobreviver.

Esse cenário revela a necessidade de políticas estruturais e econômicas que possam melhorar o acesso dos jovens a empregos estáveis, com incentivos governamentais para que empresas e o próprio setor público invistam em formação específica. A adoção de reformas no sistema educacional também seria crucial, alinhando a formação dos jovens às demandas do mercado e ampliando suas chances de inserção.

Percebe-se que, na Guiné-Bissau, a obtenção de um emprego formal, sobretudo, na função pública, não depende apenas da qualificação ou competência dos candidatos, mas também de fatores como a falta de redes de apoio ou de “apadrinhamento”. Esse tipo de influência é particularmente decisivo no setor público, onde muitas oportunidades são acessíveis somente a pessoas com algum nível de conexão política ou social. Esse contexto acaba excluindo jovens das camadas mais pobres, que não possuem essas redes de apoio ou qualquer outra forma de influência para garantir uma vaga.

Através deste estudo, buscamos compreender como essas práticas afetam a equidade de acesso ao emprego formal e o que poderia ser feito para criar um ambiente mais inclusivo, onde o mérito e a qualificação sejam os fatores primordiais para a contratação na função pública. Ademais, discutimos possíveis políticas e estratégias para mitigar esses desafios e promover uma inserção mais justa dos jovens guineenses no mercado de trabalho formal.

É notório perceber que, a inserção dos jovens no mercado de trabalho, especialmente na função pública na Guiné-Bissau, é permeada por desafios históricos e contemporâneos que remontam ao período colonial. Durante a colonização portuguesa, a população local ainda que algumas pessoas

fossem “assimiladas” e adquirissem direitos de cidadania enfrentava restrições de acesso a cargos públicos de maior prestígio e autoridade portugueses. Para Cá (2008) essas pessoas para serem chamados de assimilados precisavam frequentar a escola até 4 série, saber ler, escrever e contar. Essas eram as condições que um nativo deveria ter para poder ter os cargos públicos.

Esses indivíduos, apesar de possuírem formação ou certa adaptação aos padrões coloniais, não eram considerados para funções de destaque. Esse histórico de exclusão criou um padrão de difícil rompimento, cujas consequências persistem até hoje, dificultando o acesso e a participação ativa dos jovens no setor público.

Observa-se que diante da discussão no contexto atual, os jovens guineenses enfrentam barreiras multifatoriais para entrar na função pública do país. A primeira delas está relacionada à exclusão da vida política: o espaço político e de tomada de decisão é muitas vezes reservado a grupos mais antigos e influentes, o que limita a participação jovem. Em segundo lugar, o apadrinhamento na função pública é um fator marcante, essa prática, que valoriza conexões pessoais em detrimento do mérito individual, significa que as oportunidades de trabalho são frequentemente oferecidas a pessoas que possuem ligações familiares ou de amizade com aqueles que já ocupam cargos no governo. Para o acesso ao trabalho público torna-se restrito e desigual, o que gera uma desmotivação crescente entre os jovens. Para Vieira (2019), a filiação a um partido político ou o envolvimento em campanhas eleitorais pode abrir portas para oportunidades de trabalho. Além disso, a influência da família também pode ser decisiva, dependendo da posição social que ela ocupa.

Além disso, há desafios culturais e econômicos que também contribuem para essa exclusão. Culturalmente, algumas funções são vistas como de maior ou menor prestígio, e muitos jovens acabam buscando alternativas em setores informais ou em ocupações de menor qualificação, devido à falta de apoio ou de recursos financeiros para investirem em formação. As condições financeiras precárias impedem que muitos jovens invistam em capacitação para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Essa limitação de recursos priva-os de treinamento adicional, de uma rede de contatos ampla e de oportunidades que poderiam facilitar seu ingresso em cargos públicos. Segundo Gomes (2021), essas situações mostram que a Administração Pública de Bissau necessita de profissionais qualificados, capazes de enfrentar os desafios.

Esses fatores, em conjunto, formam um ciclo de exclusão e falta de representação, que se autoperpetua ao longo das gerações. Esse panorama demonstra como o setor público na Guiné-Bissau ainda carece de políticas de inserção efetivas, que promovam a igualdade de oportunidades para os jovens e permitam uma renovação no serviço público, com profissionais qualificados e motivados

para o desenvolvimento do país. Dju (2019) afirma que, a falta de critérios claros e métodos de avaliação de desempenho dos servidores públicos, aliada à ausência de um plano de carreira na Administração Pública, e à inexistência de uma política salarial adequada às categorias e qualificações dos funcionários, compromete a eficiência do setor público.

Na Guiné-Bissau os jovens enfrentam dificuldades para inserir-se no mercado de trabalho, função pública, considerando que é um lugar onde os jovens formados precisam estar para contribuir no desenvolvimento do país. Sendo assim, os resultados mostram que esses jovens, a maioria tem dificuldade de inserir no aparelho do estado. Nesse aspecto, os resultados apontados mostram fraca participação dos jovens atualmente no mercado de trabalho. Os grupos partidários e entre outros lideram a função pública do país, às vezes, os jovens formados acabam se fugindo do país ou entrando na vida política.

Para a análise dos desafios enfrentados pelos jovens na Guiné-Bissau para ingressarem na função pública revela que, mesmo sendo o setor onde muitos jovens formados poderiam contribuir diretamente para o desenvolvimento do país, encontram grandes barreiras de acesso. Os resultados mostram que a maioria desses jovens encontra dificuldade para ocupar espaços no setor público, essencialmente por uma estrutura onde os cargos são muitas vezes dominados por grupos já estabelecidos, como partidos políticos e figuras influentes.

Essas dinâmicas de exclusão limitam a entrada de jovens recém-formados, que muitas vezes, acabam migrando para outros países em busca de melhores oportunidades ou se inserindo na vida política local na tentativa de abrir portas. A situação reflete uma fraca participação de jovens na função pública, e essa lacuna não apenas impede o setor público de se beneficiar das ideias e da energia da juventude, mas também priva o país de uma renovação necessária para o avanço e modernização das instituições estatais. Assim, a busca por estabilidade e reconhecimento profissional leva muitos a abandonarem a ideia de um cargo público, afetando o potencial de desenvolvimento que esses jovens poderiam trazer à administração pública da Guiné-Bissau. De acordo com Semedo (2024), a instabilidade constante nos governos tem contribuído para a partidarização da administração pública, resultando em práticas que favorecem o nepotismo, clientelismo e outras formas de troca de favores. Esses mecanismos acabam se tornando os principais meios de recrutamento de servidores, tanto no setor público quanto no privado.

Além dos obstáculos no acesso à função pública, observa-se também uma falta de interesse e apoio por parte do Estado guineense em auxiliar esses jovens recém-formados para que possam exercer suas habilidades e conhecimentos adquiridos. Essa ausência de suporte governamental para a

juventude qualificada resulta em uma alta taxa de desemprego entre os jovens, que se veem sem oportunidades adequadas de trabalho e desenvolvimento profissional no próprio país.

A falta de políticas públicas e de programas de incentivo direcionados a esses jovens acaba por agravar o problema, gerando desmotivação e até um êxodo em busca de melhores condições fora da Guiné-Bissau. Essa situação não só desperdiça talentos e competências valiosas para o crescimento do país, mas também reforça um ciclo de exclusão econômica e social que limita o futuro desses jovens e o próprio progresso nacional.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho encontramos vários desafios enfrentados pelos jovens ao tentar ingressar no mercado de trabalho na Guiné-Bissau. Esses desafios são barreiras estruturais, como a falta de qualificação adequada, a corrupção, e a limitada capacidade administrativa do governo. Também esses mesmos jovens enfrentam obstáculos estruturais, socioeconômicos e políticos que limitam suas oportunidades de emprego e desenvolvimento profissional. A falta de políticas públicas eficazes com os problemas estruturais como nepotismo, o clientelismo e a corrupção dificultam o acesso e meritocrático dos jovens às oportunidades de trabalho. É extremamente necessário que essas políticas públicas sejam fiscalizadas por parte do Estado, para averiguar se os partidos políticos estão cumprindo com as normas regidas.

A Partir disso, o nosso objetivo geral é identificar os desafios da inserção dos jovens no mercado de trabalho uma análise ao contexto da função pública na Guiné-Bissau. De acordo com os nossos objetivos do trabalho, constatou-se que o processo de seleção funciona quando tem um cunho familiar e apadrinhamento no aparelho, por isso a maioria dos jovens acaba por recorrer ao partido político para poder se enquadrar no mercado de trabalho. Sendo assim os obstáculos são consequência de um estado ausente onde o próprio estado não cria umas políticas públicas voltadas a esses jovens recém-formados.

A administração pública guineense requer um planejamento eficiente, uma organização estruturada, uma condução estratégica e o monitoramento contínuo dos recursos da organização para atingir os objetivos estabelecidos. Atualmente, a sociedade demanda do Estado clareza na gestão dos recursos públicos, pois isso é um direito fundamental. A realização de Concursos Públicos na Administração Pública da Guiné é indispensável e precisa ser adotada com urgência. Trata-se de uma maneira de assegurar o cumprimento dos Princípios da Administração Pública, fortalecendo e tornando as organizações guineenses mais produtivas. Essa medida promove economicidade,

eficiência, eficácia e efetividade, contribuindo para combater práticas como o patrimonialismo, nepotismo, clientelismo e a corrupção, que atualmente são crimes recorrentes e estão se enraizando na cultura do aparato estatal.

Mediante o exposto, torna-se fundamental implementar reformas que promovam a transparência nos processos de recrutamento, como a adoção de concursos públicos justos e imparciais. Além disso, é necessário investir na qualificação dos jovens, garantindo que eles possuam as competências exigidas pelo mercado e incentivando a criação de oportunidades fora do setor público. Somente por meio de uma abordagem integrada, que inclua a modernização das instituições públicas e a valorização do mérito, será possível transformar o cenário, garantindo aos jovens não apenas acesso ao mercado de trabalho, mas também a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Nessa perspectiva, reconhecemos que é importante que o governo da Guiné-Bissau adote práticas de recrutamento e seleção transparentes e baseadas no mérito. Isso pode ajudar a atrair e reter talentos, melhorar a qualidade da administração pública e promover a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais.

Sendo assim, espero que este trabalho, ou outros semelhantes, alcance um amplo público e contribua para conscientizar a sociedade sobre a importância dos jovens no mercado de trabalho, destacando que é um direito essencial na construção de uma sociedade mais justa e transparente. Também com esse trabalho espero que sirva como uma das fontes credíveis para qualquer pesquisador que queira conhecer as dificuldades que os jovens enfrentam ao sair da universidade para se inserir no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ARVANITIS, Yannis; ROFFARELLO, Luca Monge; IE, Inácio. **GUINÉ-BISSAU**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3o6kKVW>. Acesso aos: 31 jul. 2024.

BARROS, Miguel. **Economia informal e estratégias juvenis em contexto de contingência**. INEP/Guiné-Bissau, 2006. Disponível em: <http://www.cisaas.uevora.pt>. Acesso: nov / 2024.

BIROLI, Flavia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, 2016.

CÁ, Lourenço Ocuni. **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado**. Cuiabá: EdUFMT/ CAPES, 2008.

CÁ, Lourenço Ocuni. **A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973)**. Ver. Online Bibl. Prof. Joel Martins, Campinas, SP, v.2, n. 1, out. 2000.

CARDOSO, Higino. P. Lopes: **políticas públicas na Guiné-Bissau: política pública ou política do executivo**. Jan. 2015.

CARVALHO FILHO, José Dos Santos. **Manual De Direito Administrativo**. - 28.ed. rev., amp. e atual. até 31-12-2014.- São Paulo: Atlas, 2015.

CARVALHO, Ana Cláudia Marcos. **A Administração Pública no ordenamento jurídico, Constitucional e legal, da Guiné-Bissau**. Universidade de Lisboa; 2017.

DA COSTA, Gomes Avelino. **Réforme d'État et modernisation administrative en Guinée-Bissau**. Editeur: Edilivre-Aparis, 2016.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. UFMG—FE, 2003 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf> Acesso: ago/ 2024.

DJÚ, Edgar. **Concurso Público: Estudo Comparativo entre legislação brasileira e guineense**. Disponível em: <http://www.repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789> acesso 30. dez. 2024.

DOUTOR, Catarina. **Um olhar sociológico sobre os conceitos da juventude e de praticais culturais: Perspectivas e reflexões**. Última década, num, 45, diciembre-, 2016, p, 159— 174, centro de estudos sociales, Valparaíso-Chile.

FIGUEIREDO, Ângela; Gomes, Godinho. **Para além dos feminismos: uma reflexão comparada em Guiné-Bissau e Brasil**. Estudos feministas, Florianópolis, v. 24, n.2, p.1-19, maio de 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p909>. Acesso em: 20 maio. 2024.

GOMES, Marilena Cordeiro. 2021. 55f **Importância do concurso público para combate ao patrimonialismo na Guiné-Bissau** / Marilena Cordeiro Gomes. - Redenção, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2679> acesso em: 30 jun. 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Manual de projeto de pesquisa**. 3ª edição. Portal de Livros Abertos da Editora Processus, v. 13, n. 13, p. 01-82, 2021.

GUINÉ-BISSAU - **Constituição da República da Guiné Bissau**.

Guiné-Bissau 2025. **Plano Estratégico e Operacional 2015-2020** “Terra Ranka”

GUINÉ-BISSAU- **Código do Procedimento Administrativo**. (Decreto-lei n° 17/2011, de 12 de outubro- Suplemento ao Boletim Oficial n° 41, de 2011).

GUINÉ-BISSAU- **Estatuto Do Pessoal Da Administração Pública** (Decreto n° 12-A/94, de 28 de fevereiro- Suplemento ao Boletim Oficial n° 9, de 1994).

GUINÉ-BISSAU- **Recrutamento e Seleção de Pessoal para os Quadros da Administração Pública.** (Decreto-lei n° 4/2012, de 10 de outubro- Suplemento ao Boletim Oficial n° 42, de 2012).

INJAI, Safiato. 2021. 65f **Administração pública na Guiné-Bissau: desafios de controle externo e accountability** 2000-2020 / Safiato Injai. - Redenção, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2673> acesso em: 02 nov. 2024.

LARA, Ângela Mara de Barros; MOLINA, Adão Aparecido. **Pesquisa Qualitativa:** apontamentos, conceitos e tipologias. Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de ciências humanas. Maringá: Eduem, v. 1, p. 121-172, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito Administrativo Brasileiro.** 38a ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2012.

NORA, Madalena; CARVALHO, Ana Cláudia Marcos. **Coletânea de Legislação Administrativa da Guiné-Bissau.** 2a ed. Lisboa 2007. novembro de 1996. Promulgada em 4 dez. 1996.

OYEWUMÍ, Oyèrónké. **Conceituando O Gênero:** Os Fundamentos Eurocêntricos Dos Conceitos Feministas E O Desafio Das Epistemologias Africanas. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p.1-9.

SCANTAMBURLO, L. **O Léxico do Crioulo Guineense e as suas Relações com o Português:** o Ensino Bilíngue Português-Crioulo Guineense. Tese de doutorado. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: 2013.

SÁ, Elzira. **Estado, burocracia e governo:** um estudo da reforma administrativa na Guiné-Bissau. 23f. 2023. Trabalho de conclusão de curso (artigo) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras. 2023. Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4094> acesso em: 02 nov. 2024.

SANTOS, Américo Ramos **dos 35 anos de história da Guiné-Bissau.** Centro de Estudos Economia e Sociedade (CESO) 2015.

SEMEDO, Rui Jorge. **I Convenção Cidadã pela Consolidação da Paz, da Democracia e Desenvolvimento Sustentável:** Juventude e Emprego. Bissau, 2024.

SOUSA, Alice Ribeiro De. **O Processo Administrativo do Concurso Público.** Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

SUCUMA, Arnaldo. **Breve Histórico Sobre a Construção do Estado da Guiné-Bissau.** Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SUNDFELD, Carlos Ari; e SOUZA, Rodrigo Pagani de. As Empresas Estatais, o Concurso Público e os Cargos em Comissão. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/42539> acesso em: 10 ago. 2024.

VIEIRA, Aparício Marques. **Da bancada ao mercado de trabalho:** desafios dos jovens guineenses face ao desemprego. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São

Francisco do Conde, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1463>. acesso em 18. nov.2024.